

Sumário

Nota à 2ª edição	15
Nota do autor	17
1. Noções gerais	19
1.1. Propósito da Lei de Execução Fiscal	19
1.2. Relativização do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado	20
1.3. Legitimidade ativa	24
1.4. Diálogo das fontes legislativas e as inovações no Código de Processo Civil	27
1.5. Nova LEF	30
2. Da Dívida Ativa	35
2.1. Conceito de Dívida Ativa	35
2.2. Crédito tributário e não tributário	37
2.3. Dívida consolidada	43
2.4. Inscrição da Dívida Ativa. Controle administrativo e princípio da legalidade	47
2.5. Precisações terminológicas entre os termos “auto de lançamento”, “auto de infração”, “termo de inscrição da dívida ativa” e “certidão da dívida ativa”	49
2.6. Atributos da certidão: liquidez, certeza e exigibilidade	51
2.7. Suspensão e interrupção da prescrição. A inclusão do § 4º ao artigo 40 da LEF e a nova redação do inciso I do artigo 174 do CTN	58
2.8. Prescrição intercorrente e decretação de ofício. Os novos §§ 4º e 5º inseridos no artigo 40 da LEF	63
2.9. Competência da Procuradoria da Fazenda Nacional para inscrição da Dívida Ativa	67
2.10. Requisitos formais da Certidão da Dívida Ativa	68
2.10.1. Nome do devedor e dos corresponsáveis	70
2.10.2. Valor da dívida. Termo inicial. Forma de calcular os juros de mora e demais encargos	70
2.10.3. Origem, natureza e fundamento legal ou contratual da dívida	73
2.10.4. Outras formalidades	74
2.10.5. Propósito das exigências	75
2.11. Questões de competência na Execução Fiscal	76
3. Legitimidade passiva	83
3.1. Legitimação passiva	83
3.1.1. A execução contra o fiador	83
3.1.2. A legitimidade extraordinária para execução	84
3.2. Responsabilidade tributária	85



4. Procedimento da execução	STJ00082841	97
4.1. Requisitos da petição inicial na Execução Fiscal		97
4.2. Pontos sobre a petição inicial não cominados na LEF		100
4.3. Despacho e efeitos da propositura da ação. Fixação de honorários. Questões sobre o Decreto-Lei nº 1.025/69		101
4.3.1. Formas de citação		104
4.3.2. Pré-penhora. Arresto da LEF		107
4.4. Segurança do juízo		110
4.4.1. Depósito em dinheiro		111
4.4.2. Fiança bancária		112
4.4.3. Penhora		114
4.4.4. Bens de terceiros		117
4.4.5. Oferecimento de precatório		117
4.4.6. Oferecimento de debêntures		119
4.5. Responsabilidade patrimonial e penhora <i>on line</i>		120
4.6. Intimação da penhora		128
4.7. Avaliação do bem		130
4.8. Registro da penhora		131
4.9. Embargos do devedor		133
4.10. Prosseguimento da execução		133
4.11. Alienação antecipada na execução		133
4.12. Arrematação		135
4.13. Adjudicação na Execução Fiscal		139
4.14. Intimação pessoal do representante da Fazenda Pública		140
4.15. Extinção do processo de execução e pedido de desistência		142
5. Recursos		147
5.1. Sistemática recursal na Lei de Execução Fiscal		147
5.2. Embargos infringentes		149
5.3. Embargos de declaração		151
5.4. Apelação e reexame necessário		151
5.5. Agravo de instrumento		152
5.6. Recurso Especial e Recurso Extraordinário		154
6. Defesas do executado		161
6.1. Inconstitucionalidade do art. 38 da LEF		161
6.2. Procedimento administrativo		164
6.3. Embargos do devedor		173
6.3.1. Prazo		174
6.3.2. Segurança do juízo e atribuição do efeito suspensivo		176
6.3.3. Matéria arguível. Produção de provas		181
6.3.4. Outras respostas do devedor		184
6.3.5. Possibilidade de reconhecimento do crédito pelo devedor. Art. 745-A do CPC		185
6.3.6. Impugnação dos embargos. Revelia		186
6.3.7. Embargos na execução por carta		187
6.3.8. Julgamento dos embargos. Efeitos		187
6.3.9. Sucumbência e honorários advocatícios		191
6.3.10. Embargos à arrematação, embargos à adjudicação e embargos de terceiro		195
6.4. Exceção de Pré-Executividade		200



6.5. Mandado de Segurança e a Lei nº 12.078/09 204

6.6. Ação Declaratória 212

6.7. Ação Anulatória 214

6.8. Ação de Repetição do indébito 219

6.9. Cautelares em matéria fiscal 224

 6.9.1. Medida cautelar fiscal 226

 6.9.2. Medida cautelar do contribuinte 229

7. Coletânea de Súmulas sobre Execução Fiscal 233

 7.1. Súmulas do Supremo Tribunal Federal 233

 7.2. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça 234

 7.3. Súmulas do Extinto Tribunal Federal de Recursos 236

 7.4. Súmulas dos Tribunais Regionais Federais 237

 7.5. Súmulas dos Tribunais de Justiça dos Estados 240

Referências bibliográficas 245

Índice alfabético remissivo 249